



Faculdade de Ciências Jurídicas e de Ciências Sociais

Curso de Direito

Núcleo de Pesquisa e Monografia

NATHALIA OLIVEIRA ALVARES

**A INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL E O
ACESSO À JUSTIÇA**

BRASÍLIA

2011

NATHALIA OLIVEIRA ALVARES

**A INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL E O
ACESSO À JUSTIÇA**

BRASÍLIA

2011

RESUMO

Pesquisa realizada sobre a informatização do processo judicial e seus efeitos na sociedade diante da mudança de paradigmas. No trabalho buscou-se fazer uma análise de artigo por artigo da lei, a fim de analisar quais mudanças ocorreram com o trâmite do processo, bem como um estudo de quais princípios constitucionais e processuais estariam sendo violados. Ao final, são feitas análises dos benefícios e malefícios causados com a informatização do processo judicial, mostrando o impacto de cada um na sociedade.

Palavras-chave: Direito Processual Civil, informatização, Poder Judiciário, processo eletrônico, processo judicial, processo judicial informatizado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 O PROCESSO ELETRÔNICO E SEU SURGIMENTO	7
1.2 Histórico da Lei 11.419/06	13
1.3 Considerações acerca da Lei 11.419/06	15
2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROCESSO ELETRÔNICO.....	24
2.1 Princípio da investidura	27
2.2 Princípio da aderência do território	28
2.3 Princípio da Inafastabilidade	29
2.4 Princípio do juiz natural	30
2.5 Princípio do devido processo legal.....	32
2.6 Princípio da igualdade	33
2.7 Princípio do contraditório e da ampla defesa	34
2.8 Princípio do dispositivo e da livre investigação das provas	35
2.9 Princípio da publicidade	36
2.10 Princípio da instrumentalidade e da economia processual	38
3 OS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO	40
3.1. Benefícios decorrentes da informatização dos processos judiciais	44
3.2. Desvantagens causadas com a informatização do processo judicial	50
CONCLUSÕES	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

No transcorrer dos anos, com o avanço da tecnologia e a disseminação do computador, o Poder Judiciário foi percebendo que estava tendo uma demanda muito grande de processos e estava demorando muito para os processos serem distribuídos e julgados. Assim, com o intuito de manter a qualidade e eficiência de seus serviços, os Tribunais buscaram uma saída e implementaram a informatização dos processos, transformando-os em processo eletrônico, com a certeza de que tal sistema dará uma agilidade na distribuição dos processos, aumentando a produção de julgados e uma justiça célere, além de ser eliminado o processo de papel.

A pesquisa busca demonstrar os benefícios que a informatização trouxe, bem como seus malefícios, fazendo uma conclusão, no final, se a informatização realmente é boa quanto os autores defendem e quais mudanças deveriam ser feitas para tornar um sistema efetivo.

Procura-se fazer um estudo dos princípios processuais e verificar se estes princípios estão sendo violados com a Lei de Informatização dos Processos. Após, será feita uma análise a fim de estabelecer os efeitos e conseqüências que a informatização do processo digital trouxe, principalmente, para as partes e advogados.

Conforme se verificou acima, é de extrema importância, antes de uma lei entrar em vigor, fazer uma análise completa desta, a fim de verificar se todos os elementos estão de acordo, se há violação ou não dos princípios processuais e constitucionais, se devido

à grande desigualdade social que o Brasil possui, é razoável implementar um sistema de meio eletrônico nos Tribunais.

O presente trabalho se inspira na obra de Bruno da Costa Aronne, fonte de referencial teórico, que, em seu trabalho, procura estabelecer e verificar o impacto que a Informatização do Processo Digital traz para a sociedade.

1 O PROCESSO ELETRÔNICO E SEU SURGIMENTO

No decorrer dos anos, com o surgimento da globalização, cumulada com o advento da era digital e o aumento da população, o crescimento de lides se torna cada vez mais constante, e faz com que a máquina do Poder Judiciário seja acionada, acarretando, conseqüentemente, em um aumento significativo no volume de processos em tramitação a serem solucionados, abarrotando os corredores dos Tribunais e comprometendo os julgamentos dos processos nos Tribunais.

Dessa forma, o Poder Judiciário, pensando em soluções para diminuir os volumes de processos em trâmite, e obter uma prestação menos defasada da atual, vem colocando em prática alguns projetos, como por exemplo, criação de leis que diminuem o trâmite do processo, incentivo a acordos extrajudiciais, implementação de tecnologia para andar junto com o Direito e etc.¹

Tais medidas se mostram necessárias diante da realidade em que se vive, e tentam, a todo modo, minimizar os prejuízos causados à sociedade, procurando alcançar os ideais dos Tribunais, fazendo que se tenha maior acessibilidade, celeridade e efetividade nos processos, a fim de que possam fornecer uma justiça célere e eficaz para toda a sociedade.

Paralelamente a isso, o avanço da tecnologia e da internet, a chamada revolução tecnológica, ganha cada vez mais espaço no mundo e fez com que os Tribunais

¹ ALVIM, J.E.Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo judicial eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008.pág.10.

buscassem a virtualização dos processos, cujo foco principal é reduzir os custos, acarretando celeridade e economia processuais.

Para que tal virtualização ocorra, é necessário que tanto as partes do processo quanto o Poder Judiciário estejam preparados a uma mudança de paradigmas, a sociedade deve mudar a mentalidade da existência do papel, pois o objetivo é a extinção do processo físico e todo o armazenamento de toda a informação, do início até o fim do procedimento, acontecerá por processo digital.²

Com isso, o legislador incorporou tecnologia e implementou leis, como a Lei do Inquilinato (Lei 8.245/91) em que permite a citação, notificação ou intimação de pessoas jurídicas por meio de aparelhos de fac-símile, bem como Lei do Fax (Lei 9.800/99) que permite às partes utilizarem o fac-símile ou outro sistema de transmissão para protocolar suas petições escritas, devendo, portanto, ser protocolado o original em até cinco dias depois do envio do fax.³

Com o passar dos anos, os Juizados Especiais Federais traçaram planos e desenvolveram, por meio da Lei 10.259/01, um sistema (*e-Proc*) que possibilitou a prática dos atos processuais de forma totalmente eletrônica, eliminando os papéis e dispensando a apresentação do original posteriormente, diminuindo, conseqüentemente no volume de advogados nos balcões da unidade judiciária.⁴

² CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/11/2010.

³ BENUCCI, Renato Luís. **A tecnologia aplicada ao processo judicial**. Campinas. Millennium, 2007.

⁴ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico. O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 03/11/10

Ainda em 2001, com o objetivo de validar os documentos eletrônicos, duas novas normas foram editadas, qual seja, a criação da ICP-Brasil (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras), regulamentada pela Medida Provisória 2.200/01, que visou legalizar a assinatura digital no Brasil, garantia a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica por meio do uso de certificados digitais.⁵

A outra medida adotada foi a modificação do Código de Processo Civil pela Lei 10.358/01, a qual passou a permitir a prática de qualquer ato por meio eletrônico. Ocorre que a Medida Provisória 2.200 ainda estava em vigor e os legisladores, temendo haver insegurança jurídica, pois cada Tribunal poderia desenvolver seu próprio sistema, resolveram por bem vetar essa norma.⁶

Com isso, apenas em 2006 o legislador retomou suas idéias quanto aos atos processuais eletrônicos, vindo a incluir no art. 154 do Código de Processo Civil, por meio da Lei 11.280/06, a permissão de tais atos em todas as instâncias, devendo ser observadas as regras da ICP-Brasil. Alguns meses depois, foi editada a Lei 11.382/06, que modificava o processo de execução cível incorporando os institutos da *penhora on-line* (art. 655-A) e do leilão *on-line* (art. 689-A).⁷

Foi assim que, em 19 de dezembro de 2006, foi sancionada a Lei 11.419 que dispõe sobre a informatização do processo judicial e admite “o uso de meio eletrônico na

⁵ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 03/11/10.

⁶ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 03/11/10

⁷ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 03/11/10

tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais [...]”⁸.

Segundo entendimento de Benucci, “[...], a virtualização do processo teve seu início não com o advento da Lei n.º 11.419/2006, mas sim com a popularização e difusão dos computadores e programas no mundo e especificamente no Poder Judiciário[...]”⁹.

1.1 Conceito de Processo Eletrônico

Preliminarmente, é importante mencionar que existe uma discussão acerca da utilização do termo “processo”, pois para alguns autores não houve a criação de um processo eletrônico, e sim a criação de um procedimento eletrônico que será desenvolvido dentro de um processo.¹⁰

Dessa forma, Aires José Rover entende que o termo processo eletrônico designa

A total informatização de um conjunto mínimo e significativo de ações e, por consequência, de documentos organizados em uma forma determinada e diversificada de fluxos que garantisse a esses documentos, individual e em conjunto, autenticidade, integridade e temporalidade.¹¹

Já Augusto César de Carvalho Leal define processo judicial como:

[...] aquela relação jurídico-processual cujo procedimento se desenvolve em ambiente informático – com o processamento eletrônico das informações jurídicas – e telemático – com o auxílio das telecomunicações, com vistas à eliminação dos óbices de ordem geográfica e à imposição de celeridade ao transporte dos dados jurídicos.[...] Tecnicamente o que se afigura informatizado e telematizado é *o rito ou procedimento* – forma de exteriorização do processo - que se sujeita ao fenômeno da informatização e

⁸ Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

⁹ BENUCCI, Renato Luís. **A tecnologia aplicada ao processo judicial**. Campinas.Millennium, 2007, pag.29.

¹⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 118.

¹¹ ROVER, Aires José. **Definindo o termo processo eletrônico**. UFSC, Florianópolis, set. 2008. Disponível em: <<http://www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/conceitoprocessoeletronico.pdf>>. Acesso em 05/11/2010.

da telematização *e não a relação jurídico-processual*, abstrata por natureza, e, sendo assim, insuscetível à influência de qualquer energia de ordem física, sendo, sob a ótica material, indiferente aos elétrons que, contudo, revolucionarão a velocidade com que as lides, seu objeto de trabalho, serão resolvidas.¹²

Não obstante a isso, Augusto Cesar de Carvalho usa o termo processo ao invés de procedimento, dessa forma, *verbis*:

Contudo, adotaremos o vocábulo processo com o fito metodológico de identificar e classificar cientificamente aquelas relações jurídicas processuais caracterizadas por um procedimento informático e telemático, o que seria deveras complexo, por ausência de praticidade, caso adotássemos tão somente a denominação procedimento telemático, mesmo porque, ontologicamente, o procedimento nada mais é do que a exteriorização da relação jurídica processual, essa sim, por ser a essência e razão de existir do Direito Processual, merecedora de maior atenção teórica e pesquisa científica quanto à precisa indexação de suas variadas formas de manifestação.¹³

Nesse sentido, José Carlos de Araújo Almeida Filho também dá seu parecer ao tratar do termo que o legislador utilizou, processo eletrônico, como

[...] o procedimento (na praxe, muitas vezes também designado 'rito'), embora esteja ligado ao processo, como esse não pode se identificar. O procedimento é o mecanismo pelo qual se desenvolvem os processos diante da jurisdição [...] Em verdade, o que teremos serão atos processuais praticados por meios eletrônicos e, desta forma, justificamos nossa idéia de não estarmos frente ao *processo eletrônico*, mas de verdadeiro *procedimento eletrônico*[...]"¹⁴

Neste viés, o processo é relação entre as partes e o juiz, e o procedimento, é a forma como essa relação se desenvolve, podendo-se concluir, com base nessa idéia, que o termo processo eletrônico está equivocado, uma vez que a Lei 11.419/06 busca normatizar os andamentos eletrônicos necessários à relação processual.

¹² LEAL, Augusto Cesar de Carvalho. **O processo judicial telemático: considerações propedêuticas acerca de sua definição e denominação**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1268, 21 dez. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9296>. Acesso em 05/11/2010.

¹³ LEAL, Augusto Cesar de Carvalho. **O processo judicial telemático: considerações propedêuticas acerca de sua definição e denominação**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1268, 21 dez. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9296>. Acesso em 05/11/2010.

¹⁴ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 117.

Para Túlio Vianna, não se pode falar "propriamente em processo eletrônico, mas procedimento eletrônico, pois a essência do processo é o contraditório e não o meio no qual ele é efetivado", e ainda afirma que a "diferença essencial entre um dispositivo processual e outro meramente procedimental é que o primeiro disciplinará a garantia do contraditório enquanto o segundo regulará o rito do julgamento" ¹⁵.

Dessa forma, no entendimento de Samuelson Wagner de Araújo e Silva, pode-se entender que na verdade, o termo correto a ser utilizado pelo legislador seria procedimento eletrônico, uma vez que:

[...]por *processo* entende-se a relação abstrata entre partes e juiz, submetida estritamente ao império da justiça e do contraditório em seu desenvolvimento; processo é o instrumento da jurisdição, ou seja, é por meio dele que se diz o direito. O *procedimento* ou *rito* é, nesse quadro, apenas o meio extrínseco (conjunto de atos) pelo qual se instaura, desenvolve-se e termina o processo, é a sua realidade fenomenológica perceptível. O *procedimento ou rito eletrônico*, por sua vez, pode ser definido como a forma de exteriorização do processo realizada com o auxílio das ferramentas de informática e telecomunicações, buscando-se, com isso, alcançar maior economia (temporal e financeira), maior acessibilidade ao Judiciário, maior transparência nos atos e menos burocracia na prestação jurisdicional, deslocando, dessa forma, a preocupação de seus atores das questões menores, apenas periféricas ao processo, para o que de fato importa: a distribuição efetiva da justiça. ¹⁶

Ainda no entendimento de Samuelson Wagner de Araújo e Silva, o processo eletrônico é:

[...] fruto de toda a efervescência cultural da sociedade moderna, que, acostumada à rapidez e à qualidade na prestação dos serviços privados,

¹⁵ VIANNA, Túlio. **Parecer à ADI 3869.** Disponível em <http://www.tuliovianna.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=44&Itemid=67>. Acesso em: 03/11/10.

¹⁶ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico. O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 03/11/10.

busca reproduzi-las também nos serviços públicos [...] a fim de trazer maior celeridade aos processos e ampliar acesso dos cidadãos à justiça.¹⁷

Por fim, cabe ressaltar que o processo eletrônico já está sendo implantado em vários Tribunais, permitindo que o Poder Judiciário expeça documentos como despachos e decisões, além de armazenar todos os dados relativos ao processo.¹⁸

1.2 Histórico da Lei 11.419/06

A informatização do processo judicial no Brasil surgiu com o advento da Lei nº 11.419/06, cujo projeto tramitou no Congresso Nacional por mais de cinco anos.¹⁹

O Projeto de Lei nº 5828, cujo relator foi o Deputado José Eduardo Cardozo, percorreu um longo caminho até originar a Lei 11.419/06. Primeiramente foi originado de uma iniciativa popular encaminhado pela Associação de Juízes Federais do Brasil (AJUFE). Após ter sido acolhida e ratificada pela Comissão de Participação da Câmara, obteve parecer favorável do Deputado Federal Ney Lopes.²⁰

No ano de 2002, o projeto foi recebido pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e foi designado relator do projeto o Deputado Federal Roberto Batochio, o qual apresentou parecer favorável pela constitucionalidade e sua aprovação. Dessa forma, o projeto foi aprovado à unanimidade na Comissão em 11/06/2002.²¹

¹⁷ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico. O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 03/11/10.

¹⁸ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça.** UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/11/2010.

¹⁹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico. A informatização judicial no Brasil.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. Pag. 145.

²⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico. A informatização judicial no Brasil.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. pag. 145.

²¹ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça.** UNB, Brasília, 2009. Disponível

Em 19/06/2002, foi o projeto aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal. No Senado, o projeto recebeu a sigla PLC 71/2002, obtendo, igualmente, parecer favorável pela sua aprovação em 1º/11/2005, no entanto, em forma de substitutivo pela relatora, a Senadora Serys Slhessarenko, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado na mesma data. O substitutivo foi aprovado no plenário do Senado em 07/12/2005.²²

Diante do lapso temporal de 5 anos desde sua propositura até aprovação no Senado Federal, a relatora do projeto no Senado Federal, em seu substituto, fez várias alterações devido à evolução tecnológica que havia ocorrido, modificando substancialmente o projeto original.²³

Após o substitutivo ter sido devidamente aprovado no Plenário do Senado, o Projeto retornou à Câmara dos Deputados e, em 05/01/06 foi recebido na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, o qual foi designado novo relator, Deputado Federal José Eduardo Cardozo, que também apresentou parecer favorável quanto à sua aprovação. Em 4/07/2006, o parecer foi aprovado pela CCJC.²⁴

Reinaldo Filho assim se manifesta, dando se parecer quanto à expectativa do Poder Judiciário na criação da Lei:

Uma das autoridades judiciárias que se mostraram mais entusiasmadas com a publicação da Lei foi o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho. "Esta lei é de muita relevância para o Poder Judiciário porque vai estabelecer, vai criar, o processo digital, que na verdade é uma quebra de paradigma do Poder Judiciário", afirmou o

em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brenner.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/11/2010.

²² CINTRA, Erickson Brenner de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brenner.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/11/2010.

²³ REINALDO FILHO, Demócrito. **A informatização do Processo Judicial da Lei do Fax à Lei n. 11.419/06. Uma breve retrospectiva legislativa**. 2007. Disponível em:<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9399/a-informatizacao-do-processo-judicial>>. Acesso em 06/11/10.

²⁴ CINTRA, Erickson Brenner de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brenner.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/11/2010.

Ministro. Para ele, o processo virtual ou eletrônico acabará rompendo as resistências naturais da sociedade civil, e até mesmo, de alguns julgadores. "Temos certeza de que o legislador, com a edição da lei 11.419, está justamente atendendo à premente necessidade de que o processo Tenha uma tramitação mais ágil", acredita o Presidente. Espera-se realmente que, com a edição da nova Lei, a Justiça finalmente ingresse no século XXI, mais próxima do cidadão e mais ágil na prestação jurisdicional.²⁵

Para José Carlos de Araújo Almeida Filho, a lei demorou tanto para ser aprovada que quando foi implantada a norma já estava antiquada, dessa forma, *verbis*:

Não bastasse a longevidade de um Projeto de Lei tramitar por tantos anos no Legislativo, a norma nasce antiquada e sem atentar para os princípios basilares do Direito Processual. Não somente no campo do Direito Processual se apresenta ultrapassada a Lei do Processo Eletrônico, mas no campo do Direito Eletrônico e da própria Informática Jurídica.²⁶

Assim, em 30 de novembro de 2006 o substitutivo do Senado Federal foia provado pela Câmara dos Deputados, surgindo a lei nº 11.419/2006, a qual foi sancionada pelo Presidente da República em 19 de dezembro do mesmo ano.²⁷

1.3 Considerações acerca da Lei 11.419/06

Antes de continuar o presente trabalho, também de faz necessária uma análise do texto legal para, posteriormente, apontar as falhas existentes e apresentar soluções para ter um processo informatizado de excelência e reconhecido em todo o mundo.

Assim, nos termos do art.1º²⁸ da lei, esta se aplica ao processo civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais. Apesar de a lei não explicitar, pode-se incluir nesse rol o Processo Penal Militar e Eleitoral²⁹.

²⁵ FILHO, Demócrito Reinaldo. **A informatização do processo judicial da Lei do Fax à Lei n. 11.419/06. Uma breve retrospectiva legislativa.** 2007. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9399/a-informatizacao-do-processo-judicial>>. Acesso em 06/11/10.

²⁶ FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico. A informatização judicial no Brasil.** 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010. pag. 150.

²⁷ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça.** UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/11/2010.

Ademais, também admite “o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais.”³⁰

O legislador definiu o que vem a ser meio eletrônico, o que, conforme § 2º, será considerado meio eletrônico o armazenamento ou o tráfego de documentos e arquivos digitais, ou seja, “por meio eletrônico, devem ser consideradas todos os atos praticados através de sistemas de informática ou similar”³¹.

Segundo J.E Carreira Alvim e Silvério Luiz Nery Cabral Junior “[...] este preceito mais não faz do que viabilizar, em nível legal, a possibilidade de se realizar o processo judicial pela via eletrônica, compreendendo tanto a comunicação de atos como a transmissão de peças processuais”³².

Para Samuelson Wagner de Araújo Silva, a lei permitiu que os autos sejam manejados por meio eletrônico, sem necessidade de posterior apresentação, *verbis*:

O diploma legal em comento reconheceu expressamente o meio eletrônico como sistemática válida na tramitação de processos judiciais, comunicação

²⁸ Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

I - meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

II - transmissão eletrônica toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

²⁹ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico. O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.

³⁰ Art. 1º O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

³¹ FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico. A informatização judicial no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, pag. 153.

³² ALVIM, J.E. Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo judicial eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008, pag. 16.

de atos e transmissão de peças processuais (art. 1º), permitindo-se assim que toda manipulação dos autos seja feita de maneira totalmente eletrônica, sem necessidade da apresentação posterior de documentos em papel. E, para que não restassem dúvidas quanto à expressão 'meio eletrônico', também tratou o legislador de dar-lhe interpretação autêntica, definindo-a como "qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais" (art. 1º, §2º, I).³³

Por outro lado, o legislador, o legislador buscou programar técnicas capazes de identificar o signatário das peças eletrônicas. A solução encontrada foi o uso de assinaturas eletrônicas, facultando ao usuário do serviço a escolha entre duas espécies existentes, quais sejam, assinaturas baseadas em certificado digital, emitido por Autoridade Certificadora integrante da ICP-Brasil (art. 1º, §2º, III, a³⁴) ou assinaturas eletrônicas fornecidas mediante cadastro de usuário (*login* e senha) no Poder Judiciário (art. 1º, §2º, III, b³⁵).³⁶

A diferença entre as assinaturas concerne em que,

[...] enquanto as baseadas em certificados digitais utilizam algoritmos de criptografia que processam a informação no próprio *chip* que acompanha os cartões, de modo a tornar qualquer violação ao processo de assinatura bastante difícil, sendo essa forma, por isso mesmo, considerada a mais segura. Já as assinaturas obtidas mediante cadastro são, na realidade, senhas fornecidas pelos órgãos do Judiciário que devem ser informadas aos sistemas judiciais no momento da realização dos atos processuais. Por não estarem revestidas das mesmas garantias das primeiras, são tidas como menos seguras.

Entretanto, nos termos do art. 2º³⁷, apesar de existir formas diferentes de credenciamento, é necessário fazer um credenciamento prévio do interessado nos órgãos do

³³ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.

³⁴ § 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se: III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

³⁵ b) mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

³⁶ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.

³⁷ Art. 2º O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

Poder Judiciário, para que a pessoa torne-se habilitada para usar os sistemas processuais eletrônicos.³⁸

Outra mudança a ser feita, é com relação aos prazos. Antes do advento da Lei, os prazos só poderiam ser protocolados até um horário estabelecido pelos Tribunais, ou seja, até o encerramento do expediente e, hoje, as petições protocoladas por meio eletrônico são consideradas tempestivas, desde que enviadas até as 24 horas do último dia de prazo, conforme art. 3º³⁹.

Com relação à comunicação dos atos, o art. 4º⁴⁰ regulamenta que os tribunais poderão criar Diários de Justiça Eletrônicos, os quais deverão ser disponibilizados. Assim, será considerada “data da publicação” o primeiro dia útil subsequente da disponibilização na internet, iniciando, portanto, a contagem dos prazos, o primeiro dia útil que seguir.⁴¹

Conforme comentado por J.E Carreira Alvim e Silvério Luiz Nery Cabral Junior,

³⁸ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico. O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.

³⁹ Art. 3º Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.

⁴⁰ Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

§ 1º O sítio e o conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

§ 2º A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.

§ 4º Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 5º A criação do Diário da Justiça eletrônico deverá ser acompanhada de ampla divulgação, e o ato administrativo correspondente será publicado durante 30 (trinta) dias no diário oficial em uso.

⁴¹ SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico. O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.

O Diário de Justiça eletrônico não constitui uma novidade, no sistema jurídico brasileiro, pois já vem sendo adotado em sede judicial nos Estados, mas a partir da vigência da Lei 11.419/06, passa a ser o instrumento oficial de veiculação de atos processuais para fins de comunicação às partes, no processo eletrônico[...]⁴².

Ainda no mesmo entendimento, reza o art. 5º ⁴³ que aqueles que se cadastrarem na forma do art. 2º da Lei serão intimados por meio eletrônico (considerando como vista pessoal), ficando dispensada a intimação por meio da publicação no Órgão Oficial. Haverá, portanto, dois sistemas: O Diário Eletrônico, para os não credenciados, e o portal, com intimação automática ao ser consultado, para os que optarem pelo cadastro.

Segundo J.E Carreira Alvim e Silvério Luiz Nery Cabral Junior “o que o art. 2º disciplina é o *credenciamento* no Poder Judiciário, enquanto o art. 5º fala em *cadastramento* na forma do art. 2º [...] aquele que se cadastrar estará credenciado, e só estará credenciado aquele que se cadastrar”.⁴⁴

Com essa nova sistemática, a contagem do prazo prevista no art. 4º será diferente da estabelecida no art. 5º §1º, o qual estabelece que “Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.”

Ademais, prescreve o §3º que a consulta eletrônica deverá ser feita em até dias corridos, contados do envio da intimação, sob pena de considerar a intimação automaticamente realizada no término desse prazo. Em síntese, quem se cadastrar nos

⁴² ALVIM, J.E.Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo Judicial Eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008.pag. 29.

⁴³ Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

⁴⁴ ALVIM, J.E.Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo Judicial Eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008.pag.33

Tribunais para fins de intimação por meio eletrônico, fica ciente de que a intimação será realizada de forma automática.

O Legislador aproveitou para disciplinar que não só os atos processuais, mas todas as comunicações que transitem entre órgãos do Poder Judiciário serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, e com assinatura do juiz que também deverá ser eletrônica.⁴⁵

Pode-se concluir então que existirão autos eletrônicos, parcialmente eletrônicos e em papel, devendo os sistemas se adaptarem a todos os formatos apresentados.

No que se refere ao momento das citações, ressalvadas as de direito processual penal, poderão ser feitas eletronicamente desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando (art. 6º⁴⁶). As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, também serão feitas preferentemente por meio eletrônico (art. 7º⁴⁷).

Tais atos deverão ser assinados eletronicamente, o qual poderá ser feito por meio de “assinatura digital, baseado em certificado em certificado emitido por Autoridade

⁴⁵ Art. 7º As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

⁴⁶ Art. 6º Observadas as formas e as cautelas do art. 5º desta Lei, as citações, inclusive da Fazenda Pública, excetuadas as dos Direitos Processuais Criminal e Infracional, poderão ser feitas por meio eletrônico, desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando.

⁴⁷ Art. 7º As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

Certificadora credenciada, na forma da lei; e mediante cadastro de usuário no Poder Judiciário”.⁴⁸

Outra novidade a ser trazida pelo Legislador diz respeito à distribuição dos autos, bem como do prazo para peticionamento.

Regula o art.10⁴⁹ que todas as petições poderão ser feitas por meio eletrônico, sem haver a necessidade do advogado, seja ele público ou privado, se dirigir aos cartórios ou secretaria judicial. Após o peticionamento eletrônico, a autuação será realizada automaticamente e seguida de fornecimento de recibo de protocolo.

Quanto ao prazo, serão considerados tempestivos aqueles que forem protocolados até as 24 horas do último dia do prazo estipulado. Caso o sistema de peticionamento eletrônico esteja indisponível, o prazo ficará prorrogado para o primeiro dia útil seguinte da resolução do problema.⁵⁰

Além disso, reza o §3º do art. 10 “os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais.”

Preconiza o art. 11 que os documentos produzidos por meio eletrônico e juntados ao processo serão considerados originais.

⁴⁸ ALVIM, J.E.Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo Judicial Eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008,pag. 37.

⁴⁹ Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

⁵⁰ § 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

Já o §1º do citado artigo prevê que

Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

Os extratos digitais são como se fosse um resumo do documento que foi digitalizado, e possui a mesma força de um documento original.

Ainda no mesmo artigo, estabelece o § 2º que a arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor. Entende J.E Carreira Alvim e Silvério Luiz Nery Cabral Junior que o documento eletrônico possui uma segurança muito maior do que um documento original, pois com a criptografia, no momento de postar a assinatura que reconhece que aquela assinatura não é do signatário, enquanto que em papel há a necessidade de perícia para constatar a veracidade da assinatura, *verbis*:

[...] quando um documento é assinado eletronicamente pelo uso da criptografia assimétrica, a arguição de falsidade só poderá ser baseada em “falsidade de assinatura”, porquanto a adulteração do conteúdo do documento é inviável, vez que faz perder o vínculo entre este e a assinatura. Em tais circunstâncias, o documento eletrônico com assinatura eletrônica é dotado de um maior grau de confiabilidade que o próprio documento tradicional. Isto porque o próprio software de criptografia, ao conferir a assinatura, acusa que o documento adulterado não corresponde a ela, enquanto o documento tradicional necessita de um exame pericial para constatar eventual alteração.⁵¹

Com isso recomenda a lei que os originais dos documentos digitalizados sejam preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

⁵¹ ALVIM, J.E.Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo Judicial Eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008.pag. 43.

[...]Em caso de necessidade de remessa dos autos eletrônicos, mesmo que de natureza criminal, para juízos que não disponham de sistema compatível, proceder-se-á à sua impressão em papel, devendo o escrivão ou chefe de secretaria certificar os autores ou a origem dos documentos produzidos nos autos, bem como indicar a forma como tais dados poderão ser acessados *on-line*, a fim de se aferir a autenticidade das peças e respectivas assinaturas. Feita a autuação, na forma dos arts. 166 a 68 do CPC, o processo seguirá normalmente a tramitação estabelecida para os processos físicos[...]⁵²

Diante do exposto, verifica-se que nova lei veio para revolucionar o sistema judiciário brasileiro. Contudo, é necessário fazer uma interpretação cautelosa, sob pena de ferir vários princípios constitucionais, conforme se verá a seguir no próximo capítulo.

⁵² SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.

2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROCESSO ELETRÔNICO.

Preliminarmente, é necessário fazer uma breve análise da importância dos princípios no mundo jurídico.

Dessa forma, no entendimento de Bruno da Costa, os princípios são a base de concretização dos valores jurídicos, podendo ser utilizados para esclarecer certo caso que esteja ou não regulamentado em algum ordenamento jurídico, *verbis*:

[...] Princípio é um ponto de partida. Os valores jurídicos, tais como a Justiça, a dignidade da pessoa humana e a equidade, por exemplo, são idéias abstratas, supraconstitucionais, que informam e permeiam todo o ordenamento jurídico, mas não se traduzem em linguagem normativa. A seu turno, os princípios representam o primeiro estágio de concretização dos valores jurídicos a que se vinculam. Os princípios, além de serem considerados como uma garantia processual, ele é visto como um instrumento de esclarecimento a ser utilizada em determinada situação, estando ela regulamentada ou não.⁵³

No entendimento de Nelson Nery Junior, os princípios servem para casos em que o legislador se omitiu ou se silenciou em determinados assuntos, e nessas obscuridades ou omissões se possa interpretar o texto em função desses princípios, assim,

[...] os princípios encerram conteúdo de política processual, e servem no caso de obscuridade, silêncio ou omissão do legislador, para que o silêncio, as omissões, as obscuridades de um texto sejam interpretadas em função deles e não de uma analogia com um texto particular, buscando não uma correlação entre um texto e outro, mas uma necessária coordenação profunda de toda a estrutura do Código, de seus princípios entre si e do conjunto dos princípios com a vasta composição arquitetônica que inspira a obra legislativa codificadora⁵⁴.

Edilberto Barbosa Clementino também dá sua contribuição à importância que o princípio tem, assim:

⁵³ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 10/11/2010.

⁵⁴ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

Princípio é onde começa algo: é o início, a origem, o começo, a causa, a fonte de algo. Entretanto, em Direito os princípios têm uma conotação mais complexa. Seriam como luzes que se irradiam sobre o seu objeto de interpretação (as regras), iluminando o caminho do hermenêuta, fazendo desaparecer as sombras das suas dúvidas e fornecendo-lhe um norte para dela extrair os melhores efeitos.⁵⁵

Dessa forma, percebe-se que os princípios, antes de tudo, devem ser observados e respeitados e, até mesmo, prevalecer sobre algumas normas, não se podendo cogitar a possibilidade de serem esquecidos devido a mudanças de paradigmas na sociedade.

No Brasil, os princípios possuem uma função normativa plena, por força do disposto no § 1º do art. 5º da Constituição Federal, segundo o qual “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Desse modo, a falta de norma infraconstitucional que regulamente o gozo ou exercício de direitos ou garantias fundamentais não pode servir de pretexto para a sua denegação.⁵⁶

No que diz respeito aos princípios processuais, Luiz Fux salienta que os princípios são a base de cada país, e que norteiam as leis e Constituições de cada lugar, servindo de diretriz para uma interpretação de uma norma, dessa forma:

Os princípios fundamentais do processo, assim como os das demais ciências, caracterizam o sistema legal adotado por um determinado país, revelando-lhe a linha juspolítica e filosófica. Esses princípios são extraídos das regras processuais como um todo e seus cânones influenciam na solução de inúmeras questões legisladas ou não, quer na exegese emprestada a determinado dispositivo, quer na supressão de uma lacuna legal. (...) Entre nós, os princípios do processo, como, v.g., o da igualdade das partes, o do contraditório, o do devido processo legal, seguem o espírito democrático que norteia a nossa lei maior e são diretrizes para a interpretação das normas processuais.⁵⁷

⁵⁵ CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo Judicial Eletrônico**. Curitiba: Juruá Editora, 2007. Pag.59.

⁵⁶ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 10/11/2010.

⁵⁷ FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.pag.246.

Esses princípios também podem considerados como garantias processuais, pois graças a eles pode-se oferecer um processo justo às partes e demais operadores do Direito.⁵⁸

Conforme Bruno da Costa,

[...] muitas vezes, são as próprias reformas processuais que violam os princípios. Como é cediço, reformas legislativas costumam tentar resolver um problema pontual (e até resolvem), mas, pela falta de investigação prévia de seus efeitos, criam uma outra barreira à efetividade processual e, em algumas circunstâncias, acabam por violar princípios processuais.⁵⁹

A Lei nº 11.419/06 foi criada para aperfeiçoar a tramitação do processo; diminuir a burocracia cartorária e do tempo de duração das ações, assim como também, redução dos custos de acompanhamento de uma causa e uma maior acessibilidade aos autos.

Nesse sentido, José Carlos de Araújo Filho, entende que:

A maioria dos princípios processuais inerentes à jurisdição se aplica ao processo eletrônico, com algumas modificações propostas por nós. Com a adoção do sistema processual eletrônico no Brasil, entendemos, que novos pressupostos de validade se inserem no contexto atual. [...] Alguns princípios, diante do processamento eletrônico, deverão ser mitigados, ou, ao menos, até que haja garantia suficiente, entendemos devam ser relativizados.⁶⁰

Bruno da Costa também corrobora sobre o tema:

[...]é inegável que, em razão das características e necessidades do uso do meio eletrônico, alguns princípios serão diretamente atingidos, positiva ou

⁵⁸ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 10/11/2010.

⁵⁹ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 10/11/2010.

⁶⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.62

negativamente, tudo a depender dos cuidados na implantação e na operacionalização do novo sistema.⁶¹

Assim, levando em consideração que a função do Direito Processual é pacificar os conflitos existentes por meio do Estado, o qual prestará sua tutela sempre que a parte assim desejar, não se pode esquecer da existência dos princípios em nosso meio jurídico.⁶²

Passa-se, portanto à análise de cada princípio, a fim de verificar o impacto que a Informatização Judicial poderá causar a determinados princípios.

2.1 Princípio da investidura

Pelo princípio da investidura, entende-se que a jurisdição somente poderá ser exercida por aquele que é investido no cargo de juiz.⁶³

Assim sendo, o Estado, como pessoa jurídica de direito público necessita de alguém, pessoa física, para representar o Estado, que é o juiz, o qual precisa estar regularmente investido em suas funções e cargo, bem como estar em exercício.⁶⁴

Em síntese, apenas o juiz, em pleno exercício, investido regularmente no cargo, caberá o exercício da função jurisdicional, sob pena de ser nula a sentença prolatada.

Conforme José Carlos de Araújo Almeida Filho, o princípio da investidura não sofrerá nenhuma alteração com o processo eletrônico, assim:

⁶¹ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 10/11/2010.

⁶² NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. pag. 23

⁶³ GARCIA, Flávio Cardinelle Oliveira. **A jurisdição e seus princípios**. Disponível em: < <http://www.buscalegis.ccj.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/17728/17292>>. Acesso em: 11/11/2010

⁶⁴ PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. pag. 88

Relativamente ao processo eletrônico, o princípio da investidura não se modifica ou merece alterações. Permanece a necessidade de a jurisdição ser exercida por um juiz regularmente constituído nas funções jurisdicionais. O mesmo se aplica ao árbitro, porque entendemos ser possível a convenção de arbitragem por meio eletrônico.⁶⁵

Dessa forma, quanto a este princípio nada se tem a guardar grande relevância quando se fala em processo eletrônico, tendo em vista que continua a obrigatoriedade de existir um juiz devidamente constituído em suas funções no processo eletrônico.

2.2 Princípio da aderência do território

Segundo este princípio “cada juiz só poderá exercer sua jurisdição nos limites fixados por lei”⁶⁶. Caso um juiz profira sentença fora de sua jurisdição, este será considerado incompetente.⁶⁷

Dessa forma, o juiz só pode exercer sua autoridade naquele território estipulado por lei, não podendo delegar suas funções a quem quer que seja. Conforme Cintra, “O princípio de aderência ao território limita-se à própria soberania nacional ao território do país, assim os magistrados só têm autoridade nos limites territoriais do Estado.”⁶⁸

Para José Carlos de Araújo Almeida Filho,

O maior problema a ser enfrentado quanto a este princípio é o da desterritorialização. Internamente não haverá maiores problemas porque os juízes poderão comunicar-se por meio de cartas. Porém, quando a questão

⁶⁵ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.62

⁶⁶ PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.pag. 89.

⁶⁷ LUZ, Aldo Antunes da. **A aplicação do princípio do juiz natural no direito brasileiro**. Disponível em: < <http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/2009/artigo020.pdf>> Acesso em 11/11/10.

⁶⁸ CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria geral do processo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.pag. 243

envolve a alocação de domínios da Internet alocados em outros países, mas com efeito no Brasil, o princípio da aderência ficará de forma mitigado.⁶⁹

Continuando seu entendimento, “ainda que a autoridade competente seja a brasileira, a alocação de um domínio no exterior esbarrará na questão da soberania estatal.”, encontrando diversas barreiras, as quais “poderão ser superadas com a assinatura de tratados, porque a realidade eletrônica e suas conseqüências não podem ser mais renegadas”.⁷⁰

2.3 Princípio da Inafastabilidade

Segundo Nelson Nery Junior, ninguém poderá impedir que o jurisdicionado -aquele a quem se aplica a jurisdição – vá a juízo propor uma ação em busca de seus direitos.⁷¹

Para Rui Portanova, o princípio significa que “não se pode criar obstáculos ao cidadão de buscar o seu direito no Poder Judiciário”.⁷²

Com o advento da Constituição Federal do Brasil de 1988, não se admite mais qualquer tipo de ofensa à garantia de ação, ou seja, “todos terão acesso ao judiciário para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativamente a um direito”. Assim dispõe o art. 5º, XXXV da Constituição Federal do Brasil, o Poder Judiciário deve ficar a disposição do cidadão, sem excluir qualquer lesão ou ameaça de direito que venha por parte daqueles.⁷³

⁶⁹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 130

⁷⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 131.

⁷¹ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 8ª ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.Pag.130.

⁷² PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.pag. 82.

⁷³ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 8ª ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.Pag.131.

Rui Portanova traz um comentário que não se pode deixar de mencionar: “não basta abrir as portas do Poder Judiciário para a sociedade. É indispensável, também, que, em resposta, venha uma decisão efetiva e justa”.⁷⁴

Nelson Nery, também dá seu parecer e entende da mesma forma que o autor acima mencionado, e se manifesta no seguinte sentido:

Pelo princípio constitucional do direito de ação, todos temos direito de obter do Poder Judiciário a *tutela jurisdicional adequada*. Não é suficiente o direito à tutela jurisdicional. É preciso que essa tutela seja *adequada*, sem o que estaria vazio de sentido o princípio[...].⁷⁵

Com relação ao processo eletrônico, José Carlos de Almeida Filho entende que “o princípio se aplica com muita propriedade ao processo eletrônico e entendemos que a utilização dos atos processuais por meios eletrônicos é uma grande conquista para a agilidade na prestação da tutela jurisdicional.”

Dessa forma, conclui-se que a tutela jurisdicional serve para todos os cidadãos, não se podendo criar obstáculos para aqueles que dirigem-se ao Judiciário, contudo, não adianta obter uma tutela jurisdicional, é preciso que está se dê de forma adequada, efetiva e justa.

2.4 Princípio do juiz natural

⁷⁴ PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.pag. 84.

⁷⁵ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 8ª ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.132.

Pelo princípio do juiz natural, entende-se o julgamento da pretensão de uma forma neutra, ou seja, o juiz não pode favorecer nenhuma das partes, deve-se garantir-lhes um julgamento justo.⁷⁶

Por outro lado, o princípio do juiz natural está previsto na Constituição Federal, o qual estabelece em seu art. 5º, inciso LIII que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”.

Conforme Nelson Nery Junior,

Costuma-se salientar que o princípio do juiz natural se traduz no seguinte conteúdo: a) exigência de *determinabilidade*, consistente na prévia individualização dos juízes por meio de leis gerais; b) garantia de justiça material (independência e imparcialidade dos juízes); c) *fixação da competência*, vale dizer, o estabelecimento de critérios objetivos para a determinação da competência dos juízes[...].⁷⁷

Segundo Cintra, Grinover e Dinamarco, “ninguém, será privado do julgamento por juiz independente e imparcial, indicado pelas normas constitucionais e legais.”⁷⁸

No entendimento de José Carlos Almeida Filho, esse princípio será ampliado, pois que evitará o ajuizamento de sucessivas demandas idênticas, a fim de encontrar algum juiz que defira a tutela da parte.

a adoção dos atos processuais por meios eletrônicos, em especial no que se refere à distribuição dos feitos, de forma computadorizada e com bancos de dados sofisticados, somente ampliará o princípio[...] os sistemas eletrônicos

⁷⁶ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 65

⁷⁷ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 5.ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. Pag.98.

⁷⁸ CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010. Pag.114

são mais eficientes para consagrarem o princípio do juiz natural e evitarem manobras maliciosas dos maus profissionais[...].⁷⁹

Com isso, verifica-se que apenas o juiz pode sentenciar um processo, devendo julgar de forma justa e imparcial e, com o surgimento do processo eletrônico o ajuizamento de sucessivas demandas para localizar algum juiz que defira a tutela da parte acabará.

2.5 Princípio do devido processo legal

O princípio do devido processo legal foi inspirado da Constituição Norte Americana - due process Law - e se aplica a todos o direito de ação, bem como abarca toda a estrutura processual.⁸⁰

Humberto Teodoro Júnior trata o princípio como o “super princípio”, e destaca sua importância, tendo em vista que é ele que coordena todos os outros princípios, assim,

[...] coordenando e delimitando todos os demais princípios que informam todo o processo como o procedimento. Inspira e torna realizável a proporcionalidade e a razoabilidade que deve prevalecer na vigência e harmonização de todos os princípios do direito processual de nosso tempo.⁸¹

O princípio do devido processo legal está previsto no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, segundo o qual “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.”

⁷⁹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico. A informatização judicial no Brasil**. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 66

⁸⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico. A informatização judicial no Brasil**. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.66.

⁸¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol.I.38.ed., Rio de Janeiro: Forense, 2002.pag. 79

Conforme Nelson Nery Junior, “o princípio fundamental do processo civil que entendemos como a base, sobre a qual todos os outros se sustentam, é do devido processo legal[...].

Continuando seu entendimento, destaca que

Genericamente, o princípio do *due process of law* caracteriza-se pelo trinômio vida-liberdade-propriedade, vale dizer, tem-se o direito de tutela àqueles bens da vida em seu sentido mais amplo e genérico. Tudo o que disser respeito à tutela da vida, liberdade ou propriedade está sob a proteção da *due process clause*.[...] verifica-se que a cláusula *procedural due process of law* nada mais é do que a possibilidade efetivada a parte ter acesso à justiça, deduzindo pretensão e defendendo-se do modo mais amplo possível[...].

No entendimento de José Carlos de Araújo Filho, é preciso ter muito cuidado para não violar o princípio do processo legal com a questão do processo eletrônico, pois o objetivo dos tribunais é eliminar os processos em papel para que estes tramitem apenas eletronicamente, obrigando os advogados a terem um certificado digital para poder ajuizar uma ação, dessa forma, *verbis*:

A idealização de um processo eletrônico à luz de todos os princípios processuais é mais que salutar. Mas não se pode admitir que a obrigatoriedade não viole o acesso à justiça. Sem dúvida que viola. E quando verificarmos os *novos pressupostos processuais*, a idéia se fortificará. Assim se afirma porque o direito ao devido processo legal possui implicações, como, por exemplo, capacidade das partes, legitimidade e capacidade postulatória. Para estar em juízo, eletronicamente, advogados e partes deverão portar certificação digital – o que não é barato, além de não poder ser obrigatório.

Assim, percebe-se a importância desse princípio em relação aos demais, tendo em vista ser ele a base para coordenação de todos os outros princípios.

2.6 Princípio da igualdade

O princípio da igualdade está previsto no caput do art. 5º da Constituição Federal⁸², sendo certo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Tal princípio encontra amparo em todos os âmbitos do Direito.

De acordo com Cintra, Grinover e Dinamarco, “a igualdade perante a lei é premissa para a afirmação da igualdade perante o juiz [...]. As partes e os procuradores devem merecer tratamento igualitário para que tenham as mesmas oportunidades de fazer valer em juízo as suas razões.”

Concluindo, ninguém poderá ter tratamento desigual, pois é uma garantia a todos os cidadãos, resguardado pela Constituição Federal, que terão um tratamento igualitário em todas as situações, principalmente no Poder Judiciário.

2.7 Princípio do contraditório e da ampla defesa

Com relação a este princípio, este é acima de tudo uma garantia que visa impedir uma dissemelhança entre as partes, seja no processo judicial seja no processo administrativo, garantindo que a outra parte se manifeste sempre que houver alguma inserção de dados ou documentos no processo. A cada ato processual, que tem por objetivo adquirir, extinguir ou modificar um direito processual, há a necessidade de oitiva da parte contrária.⁸³

Ainda nesse entendimento, Cintra, Grinover e Dinamarco, também se manifesta, *verbis*:

⁸² Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

⁸³ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do Processo Civil na Constituição Federal**. 5.ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. Pag.169

O juiz, por força de seu dever de imparcialidade, coloca-se entre as partes, mas eqüidistante delas: ouvindo uma, não pode deixar de ouvir a outra; somente assim se dará a ambas a possibilidade de expor suas razões, de apresentar suas provas, de influir sobre o convencimento do juiz.[...] Decorre de tais princípios a necessidade de que se dê ciência a cada litigante dos atos praticados pelo juiz e pelo adversário. Somente conhecendo-os, poderá ele efetivar o contraditório.[...] Em síntese, o contraditório é constituído por dois elementos: a) informação; b) reação.⁸⁴

Este princípio também está previsto na Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LV, o qual se encontra a garantia fundamental ao amplo direito de defesa e ao contraditório, aplicados aos processos civis, do trabalho, penal e administrativo.

2.8 Princípio do dispositivo e da livre investigação das provas

De acordo com esse princípio, o juiz somente poderá prestar a tutela jurisdicional quando provocado pelas partes. Não se pode confundir o presente princípio com o princípio da inércia judicante, pois o juiz, apesar de sua imparcialidade, ele assiste ao processo sem as devidas intervenções.

No entendimento de Cintra, Grinover e Dinamarco, “o princípio dispositivo consiste na regra de que o juiz depende, na instrução da causa, da iniciativa das partes quanto às provas e às alegações em que se fundamentará a decisão[...]”⁸⁵

Dessa forma, quando a tutela jurisdicional é provocada, o processo tramita “por impulso oficial e em especial no que se refere à produção de provas. Ainda que as partes

⁸⁴ CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010.pag. 126

⁸⁵ CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010.pag. 127

não as tenham requerido, poderá o juiz, *ex officio*, determinar a produção das mesmas para que se alcance a verdade real.”⁸⁶

Conforme José Carlos de Araújo Almeida Filho,

Ambos os princípios não encontram qualquer divergência no processo eletrônico. Ocorre, todavia, que os juízes deverão estar mais preparados para analisar questões envolvendo o Direito Eletrônico e, preferencialmente, com peritos que dominem ambas as áreas :direito e informática.⁸⁷

Assim, concorda-se com o entendimento do autor, tendo em vista que muitos juízes estão acostumados a desempenhar suas funções com o papel, e com o advento do processo eletrônico paradigmas deverão ser quebrados.

2.9 Princípio da publicidade

Outra garantia processual dada pela Constituição é a da publicidade dos atos processuais, estipulada no art.5º, inciso LX e art. 93, inciso IX. Segundo art.5º, LX, “a lei só restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem” e o art. 93, IX, dispõe que “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos[...] . O artigo 155 do Código de Processo Civil espelha a regra geral da publicidade e regulamenta as situações em que deverá haver segredo de justiça.

⁸⁶ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.80.

⁸⁷ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.86

Segundo Cintra, Grinover e Dinamarco, “o princípio da publicidade do processo constitui uma preciosa garantia ao indivíduo no tocante ao exercício da jurisdição”⁸⁸ e adverte:

Toda precaução há de ser tomada contra a exasperação do princípio da publicidade. Os modernos canais de comunicação de massa podem representar um perigo tão grande como o próprio segredo.[...] Publicidade, como garantia política – cuja finalidade é o controle da opinião pública nos serviços da justiça – não pode ser confundida com o sensacionalismo que afronta a dignidade da pessoa humana.⁸⁹

Conforme José Carlos de Araújo Almeida Filho,

Vigorando o Processo Eletrônico, entendemos que o princípio da publicidade deva ser repensado, porque o direito ao esquecimento, como uma das garantias ao direito da personalidade, não estará tão a salvo. Se em termos de inquérito policial a mídia já afronta o art. 20 do CPP, a inexistência de mecanismos capazes de coibir a busca na Internet de dados e petições se agravará.⁹⁰

Para José Carlos de Araújo Filho, é necessário que se avalie todos os sistemas dos computadores para que estes não se tornem vulneráveis, devendo pensar na segurança, sigilo e intimidade das pessoas assim,

Os riscos de vulnerabilidade de qualquer sistema computacional devem ser avaliados, sob pena de haver violação a princípios basilares do processo, dentre eles a do sigilo em determinadas demandas, como, nos casos de Direito de Família.

Para a idealização de uma teoria, ou ao menos uma política para os atos processuais por meios eletrônicos, é necessário que tenhamos em mente questões como segurança, sigilo e respeito à intimidade e à vida privada.⁹¹

⁸⁸ CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010.pag. 131.

⁸⁹ CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010.pag. 131

⁹⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.86

⁹¹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.91

Continuando o entendimento, é necessário que os atos se limitem às partes e seus procuradores, sendo possível apenas retiradas de certidões, sendo certo que essa limitação “possui dois caracteres: a) o de preservar a intimidade; b) o de dar publicidade a quem desejar certidão de algum ato processual.”⁹²

Assim, explica porque a preocupação deve ser tão grande, *verbis*:

A preocupação, em verdade, diz respeito à possibilidade que as pessoas tem, nos dias de hoje, de consultarem a Internet e, com isso, vasculharem a vida íntima do cidadão.

Assim, a relativização da publicidade dos atos processuais, em matéria de Processo Eletrônico, deve ser vista com cautela e em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. Em termos de ponderação de princípios, admitimos que a dignidade da pessoa humana se encontra em nível hierárquico superior ao da publicidade dos atos.⁹³

Para Bruno da Costa,

[...] pode-se afirmar que a informatização não produzirá nenhum impacto negativo sobre o princípio da publicidade. Aliás, o que se pode esperar é que, respeitadas as regras do segredo de justiça, o processo eletrônico será mais acessível à população, em prol do princípio da publicidade, que preconiza o controle da atividade judiciária pela sociedade.⁹⁴

Dessa forma, o processo deve ficar público para as partes e advogados, devendo observar aqueles que tramitam em segredo de justiça. Contudo, é necessário que os sistemas empregados nos Tribunais sejam seguros, a fim de evitar que a segurança dos processos seja mitigada.

2.10 Princípio da instrumentalidade e da economia processual

⁹² ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.92

⁹³ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.92

⁹⁴ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 10/11/2010.

Conforme este princípio, “o processo procura obter o maior resultado com o mínimo de esforço.”⁹⁵

No entendimento de Cintra, Grinover e Dinamarco,

Como o processo é um instrumento, não pode exigir um dispêndio exagerado com relação aos bens que estão em disputa. E mesmo quando não se trata de bens materiais deve haver uma necessária proporção entre fins e meios, para equilíbrio do binômio custo-benefício.⁹⁶

Um dos principais objetivos da informatização processo judicial, foi relativizar os custos dos processos. Sabe-se que o ideal a ser atingido é obter uma justiça rápida, barata e eficaz.

Segundo José Carlos de Araújo,

Com a adoção do processo eletrônico no Brasil, o princípio da economia processual será alargado, porque haverá menor desperdício na produção dos atos processuais. O processo, em sua visão instrumentalista, necessita de meios para atingir ao seu fim, que é a pacificação da sociedade.⁹⁷

Deve-se ter cuidado com a interpretação dada ao barateamento do processo, pois de se de um lado as custas irão diminuir com a extinção do papel, por outro, vai aumentar, tendo em vista que os Tribunais, advogados terão que obter uma infra estrutura para realizarem seus atos.

⁹⁵ PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.pag. 24.

⁹⁶ CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010.pag. 94

⁹⁷ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 65

3 OS BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO

Diante de todo exposto até agora mostrado, neste capítulo será realizada uma equiparação entre os benefícios e malefícios alcançados com a informatização do processo nos Tribunais, a fim de averiguar se tal procedimento é realmente a forma mais apropriada para alcançar uma prestação judicial de excelência.

Em síntese, a idéia do Poder Judiciário é que, no futuro, o processo judicial tramite de forma totalmente eletrônica, tanto dentro, quanto fora dos tribunais.

Segundo a *intranet* do Supremo Tribunal Federal, para que se consiga alcançar o objetivo acima mencionado, é necessário que o sistema desenvolvido passe por fases irrefutáveis, *verbis*:

[...] O desenvolvimento do sistema passará ainda por outras fases até que o processo judicial tramite exclusivamente de forma eletrônico. Para isso, algumas etapas precisam ser superadas: a) o peticionamento eletrônico, que em breve será a única forma de se acionar o STF; b) a tramitação interna eletrônica; c) a comunicação processual eletrônica e d) a finalização.⁹⁸

Para José Carlos de Araújo, ainda é preciso muito preparo nos Tribunais para que o Processo Eletrônico seja efetivado, pois existem Estados que ainda se baseiam apenas na Lei do Fax, *verbis*:

[...] Vivenciamos no Brasil um cenário de opostos. Ou muito se faz em termos de processos eletrônico, com decisões que podem, em primeiro momento, demonstrar violação ao texto legal, ou nada se faz, inadmitindo-se recursos e outros atos por meios eletrônicos. [...] Um atraso, um despreparo e uma contrariedade à celeridade. [...] É preciso, neste momento, com a vigência da Lei do Processo Eletrônico, que os meios eletrônicos sejam

⁹⁸Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=156082&modo=cms>>. Acesso em 04/04/2011.

adotados para a pacificação de conflitos e provoquem uma celeridade no processo.⁹⁹

Ademais, continua seu entendimento no sentido de que “o ordenamento jurídico material ainda não se encontra suficientemente dotado de mecanismos de controle desta sociedade da informação tecnológica e a importância do direito processual se apresenta nesse cenário”.¹⁰⁰

Nos termos de Erickson Bener, o que a sociedade efetivamente espera do Poder Judiciário é : acessibilidade, celeridade e efetividade, e a informatização do processo deve suprir essa necessidade, dessa forma:

[...] De fato, o que a sociedade espera do Poder Judiciário é que esse permita a provocação de qualquer do povo (acessibilidade), e que a sua resposta ao litígio proposto seja ágil (célere) e justa (efetiva), sempre norteada pelos princípios morais, éticos e legais. Desta forma, os benefícios oriundos da informatização do processo judicial deverão, necessariamente, gravitar sobre estes três aspectos[...].¹⁰¹

Para Bruno da Costa Arone, a informatização do processo surgiu para diminuir os problemas advindos com a ineficiência da Justiça. Contudo é necessário que:

A proposta legislativa de informatização do processo judicial colimava aprimorar a eficácia dos procedimentos judiciais, “principalmente no que diz respeito à sua celeridade e à economia, que beneficiará tanto o Poder Público, que arca com o funcionamento da máquina judiciária, quanto à parte, no que diz respeito aos custos processuais”. Portanto, o que se percebe com clareza é o intuito de amenizar o problema da ineficiência da Justiça, elevando a qualidade e acelerando a prestação jurisdicional, tornando-a, simultaneamente, menos dispendiosa às partes, aos operadores do Direito e ao próprio Estado.

⁹⁹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 151

¹⁰⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 151

¹⁰¹ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1 >. Acesso em 07/04/2011.

Esses resultados podem ser alcançados? Sim, podem, mas é preciso cautela, a uma, porque se trata de novidade que transformará o meio de tramitação do processo e, por isso, a transição deverá ser feita a passos curtos; e, a duas, porque alguns princípios processuais sofrerão reflexo direto da nova sistemática, o que reclama a investigação desse impacto tecnológico, para evitar um retrocesso na constante busca pelo processo justo.¹⁰²

Registre-se que como está se tratando de procedimento eletrônico, a garantia de integridade, autenticidade e segurança são os três requisitos imprescindíveis que os atos processuais deverão obedecer, sob pena de dar abertura para problemas de adulteração de atos.¹⁰³

Com isso, a ICP – Brasil garante a segurança necessária para evitar problemas com adulteração de documentos e, para isso, é necessária a obtenção de certificado digital.

Por outro lado, José Carlos de Araújo se preocupa com a literalidade da lei, e com a segurança dada a ela, pois apesar de regular que a lei servirá para todas as matérias, deve-se ter cautela principalmente quando se fala no Direito do Trabalho e Processo Penal, assim como os processos que tramitam em segredo de justiça, *verbis*:

[...] Nas relações oriundas do contrato de trabalho onde, em tese, o empregado é hipossuficiente e no processo penal, a questão das nulidades deve ser analisada com rigor. Não podemos, simplesmente, dotar os preceitos do código, de forma subsidiária, porque em matéria de Processo Eletrônico a segurança é a palavra chave.

A questão será mais delicada quando analisarmos o ponto de vista do segredo de justiça, porque não raro será possível o vazamento de informações através da internet e é importante que os Tribunais criem mecanismos de proteção para processos dessa natureza.¹⁰⁴

¹⁰² ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

¹⁰³ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

¹⁰⁴ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.128

Admite também que, apesar de ainda não possuir uma estrutura tecnológica para implementar o processo eletrônico no Brasil, este irá proporcionar uma aceleração na prestação jurisdicional, “sob pena de criar uma Lei sem qualquer valor”, devendo para isso, ser adotadas algumas técnicas como:

- [...] Ainda não possuímos estrutura de Tecnologia da Informação para que um processo informatizado seja implantado, sob pena de criarmos uma norma sem qualquer valor. [...]
- a) criação de sistemas, através de software livre e com distribuição gratuita, para os usuários, preferencialmente a nível eletrônico;
 - b) somente admitir que os sistemas se utilizem de chaves para assinatura digital;
 - c) adoção do documento eletrônico.¹⁰⁵

No entender de Bruno da Costa, para que o processo eletrônico seja inserido de forma justa na sociedade é necessário implantação de políticas públicas de inclusão digital, sob pena de se criar duas justiças, uma dos ricos e outra dos pobres, ferindo um princípio resguardado na Constituição Federal que é o princípio da igualdade, dessa forma, *verbis*:

[...] o sucesso da informatização judicial depende da adoção de políticas públicas de inclusão digital, sob risco de o processo virtual se tornar, como afirma Edilberto Clementino Barbosa⁴¹, “*uma via de uso exclusivo das classes economicamente mais favorecidas da população*”, criando-se duas Justiças distintas – “*a dos ricos (informatizada e, conseqüentemente, mais rápida) e a dos pobres (tradicionalmente mais lenta)*” – e maculando o princípio da igualdade[...].¹⁰⁶

Segundo Erickson Bener, para que a informatização do processo obtenha sucesso, paradigmas deverão ser quebrados, primeiro porque o processo em papel será extinto, a sociedade em um todo está acostumada em manusear o processo totalmente físico, segundo porque novos custos serão inseridos, substituindo o papel em máquinas. Assim:

¹⁰⁵ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 142

¹⁰⁶ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

[...] Os insumos materiais necessários à implementação plena do processo virtual demanda soma vultuosa de investimento, tanto em materiais quanto em capacitação humana. Da mesma forma, paradigmas terão que ser quebrados, pois o que a lei propõe é a extinção do processo físico, que existe desde os primórdios da jurisdição estatal, para dar lugar ao processo digital. Essa hercúlea transição somente será válida, se os benefícios oriundos da implementação do processo virtual compensar e superar tamanha demanda.

¹⁰⁷

Com isso, verifica-se que a informatização do processo, quando estiver devidamente estruturada e desenvolvida, será de grande valia para a sociedade em um todo. Contudo é extremamente imprescindível que o Estado tome todas as providências necessárias para satisfazer as necessidades que a sociedade se encontra, fornecendo uma justiça acessível a todos, célere e justa, devendo tomar os devidos cuidados para não dividir a sociedade entre aquela dos ricos e aquela dos pobres, sob pena de ferir princípios constitucionais.

3.1. Benefícios decorrentes da informatização dos processos judiciais

Segundo a intranet do Superior Tribunal Federal um dos principais benefícios adquiridos com a informatização do processo é “que o advogado pode peticionar de onde estiver, sem a necessidade de se deslocar até o Tribunal ou até o Distrito Federal, reduzindo os gastos com transporte e hospedagem.” ¹⁰⁸

Como consequência, a redução do fluxo de pessoas transitando nos Tribunais será significativa, reduzindo as filas de espera para atendimento nos balcões, bem como diminuindo o risco de acidentes no deslocamento físico dos documentos, tendo em vista que a segurança e autenticidade oferecida pela assinatura digital.

¹⁰⁷ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=156082&modo=cms>>. Acesso em 04/04/2011.

Bruno da Costa também corrobora com o entendimento e afirma que

[...] Ninguém pode negar que o desenvolvimento tecnológico vem acarretando, na maioria das áreas, a redução dos custos e um assustador aumento da velocidade na utilização dos serviços, em virtude da maior capacidade de armazenamento de informações, dados, itens, acessórios etc., em menor espaço e com menos tempo.¹⁰⁹

Ainda no mesmo sentindo, o autor defende que a implementação do processo por meio eletrônico trará maior celeridade, produzindo grandes reflexos “sobre o princípio da celeridade, que está previsto especialmente no teor do artigo 5º, LXXVIII, da Constituição, segundo o qual os processos devem ter um tempo razoável de duração, com meios que garantam a celeridade de sua tramitação.”¹¹⁰

Importante levar em consideração os outros fatores que irão reduzir o tempo do processo físico. Com sua extinção, o deslocamento do processo até chegar ao seu deslinde, não será mais necessário, além da diminuição do fluxo de pessoas nos corredores dos Tribunais, pois os advogados e os órgãos auxiliares da Justiça não precisarão se deslocar para as secretarias para fazer carga ou devolver os processos.¹¹¹

Sobremais, as vistas sucessivas também irão acabar, pois não haverá mais necessidade dos advogados terem acesso aos autos uma de cada vez, pois o processo por meio eletrônico ficará a disposição das partes todo o tempo.¹¹²

¹⁰⁹ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

¹¹⁰ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

¹¹¹ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

¹¹² CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

Os recursos também demandarão menos tempo para serem remetidos para outro órgão, principalmente nos casos da remessa física dos autos de um órgão jurisdicional que fica em outro Estado.

Nesse sentido, Erickson Bener sustenta não causar dúvidas de que a informatização do processo trará muitos benefícios, pois barreiras de espaço e tempo serão quebradas. Uma petição ou um processo não precisará viajar para chegar ao local de destino, pois com a Internet o trâmite será dado de forma praticamente instantânea, além de não causar nenhum prejuízo para a sociedade, pois os Tribunais deverão obter equipamentos disponíveis para as partes e advogados, *verbis*:

[...] Levando-se em consideração a extensão territorial do Brasil e os aspectos sócio-econômicos que fulminam a população, pode-se afirmar que o processo e o rito processual na forma em que se apresentam atualmente são, por si, um entrave significativo ao acesso do cidadão à Justiça. Pelas razões expostas, por muitas vezes, fica o cidadão afastado da jurisdição, notadamente em causas cujo valor seja baixo e não compense tamanhos gastos para receber uma resposta judicial favorável.

A informatização do Processo Judicial vem frontalmente ao encontro do problema, uma vez que os sistemas digitais de transmissão de dados quebram as barreiras de espaço e de tempo. Uma petição, por exemplo, não precisará viajar na pasta do advogado ou pelo correio de uma cidade do interior do Brasil até o Superior Tribunal de Justiça. A sua transmissão por meio da *Internet* é instantânea e principalmente econômica. Como a Lei n. 11.419/2006 determina que os cartórios e serventias judiciais tenham equipamentos informatizados à disposição das partes e advogados, o cidadão ou seu representante poderá se dirigir ao fórum local para encaminhar a petição *on line* caso não tenha acesso a outros computadores.

Da mesma forma, as dificuldades geográficas cairão, em sua maioria, por terra. Como o processo e todos os documentos são digitais, podem ser consultados nos termos da Lei n.º 11.419/2006, pelas partes e seus representantes de qualquer lugar do Brasil e do mundo, bastando para tanto ter a assinatura digital, ser vinculado ao respectivo processo como parte ou representante e ter disponível um computador conectado à *Internet*.

Desta forma, se alguém que more no Amazonas tiver que responder uma alegação feita pela parte adversa em um processo que tramita no Superior Tribunal de Justiça, basta acessar a *Internet* e consultar as alegações a serem

refutadas, sem necessidade que qualquer outro ato referente a deslocamento[...].¹¹³

Para Bruno da Costa, o envio de petições por meio eletrônico não será a única vantagem, e dá o exemplo da carta precatória que, com a informatização, não demandará mais vários meses para poder ser cumprida, tendo em vista que chegará ao juiz deprecado na velocidade de um e-mail, assim:

A otimização da marcha processual não decorrerá somente do envio de petições pelo meio eletrônico. A tramitação, em geral, será informatizada, até porque a própria Lei 11.419/06 infunde isso. Um bom exemplo é a carta precatória, que costuma durar alguns meses para ser cumprida e devolvida ao juízo deprecante, mas, com a informatização, será muito mais produtiva, eis que chegará ao juízo deprecado na mesma velocidade em que um e-mail atinge o seu destinatário. Do mesmo modo, a intimação para os advogados, sendo feita pelo meio eletrônico, promoverá maior agilidade no cumprimento do prazo e, logo em seguida, na remessa da respectiva manifestação à conclusão [...].¹¹⁴

Outro aspecto a ser abordado é a redução significativa das atividades de secretaria, principalmente no que concerne à juntada de petições e documentos no processo, o que demanda um grande tempo, pois exige numeração de páginas, confecção de certidões e etc. Com o processo por meio eletrônico, este procedimento será feito automaticamente e por meio do advogado.¹¹⁵

Ademais, os Tribunais estão com os armários abarrotados de papel e não há mais espaço físico para guardar tantos processos. Existem gabinetes de Juízes e Ministros que

¹¹³ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

¹¹⁴ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: <http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

¹¹⁵ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

precisam de uma sala separada apenas para guardar os processos que são responsáveis. Para piorar, quando um processo é extinto, ele deve ser guardado em algum lugar por tempo indeterminado, por mais que a lide já tenha sido resolvida, e também não há mais onde arquivar esse processos.¹¹⁶

Com o processo virtual, o espaço físico poderá ser melhor aproveitado e o processos arquivados não precisarão ser guardados em armários e em infinitas salas, vez que este se dará de forma eletrônica, em provedores com capacidade de armazenamento suficiente para arquivar todos os processos.

Outra questão a ser abordada é quanto à efetividade das decisões e do processo judicial em um todo. O magistrado que dirige o processo é o responsável para resguardar essa efetividade, pois é com sua análise que sentenciará uma lide, em conformidade com a lei, ética e moral.¹¹⁷

No entendimento de Erickson Berner, a informatização do processo tem a capacidade de fornecer todos os elementos necessários para ajudar o magistrado a concretizar a efetividade do processo, assim:

A tecnologia da informação e comunicação pode fornecer elementos capazes de auxiliar com grande eficiência o Magistrado no seu papel de julgar. O primeiro elemento seria a otimização na análise do processo e nas pesquisas feitas pelo Juiz para definir a causa. Como exemplo hábil a justificar esta afirmação, tomar-se-á por base uma situação concreta, que será analisada sob os aspectos referentes ao processo físico e ao processo virtual.

Determinado Magistrado está apreciando um caso que se constitui em um processo de 40 volumes, cada um com 250 páginas. Está então o julgador diante de dez mil páginas de alegações e provas para chegar a uma decisão. Por se tratar de um processo físico, a atividade de manuseio dos

¹¹⁶ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 02/04/2011.

¹¹⁷ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

autos é extenuante, pois para sua análise o Magistrado deverá deslocar, abrir e fechar cada um dos 40 volumes uma grande quantidade de vezes.

[...] A pesquisa de dados neste processo seria tarefa hercúlea, pois apesar do rito processual pré-definido, torna-se bastante difícil encontrar determinada prova ou documento, muitas vezes de uma única página, no meio dessas dez mil páginas.

O Magistrado deverá ainda ter a máxima cautela com a sua saúde, pois os autos por serem de “matéria orgânica papel”, com provas e documentos antigos, poderão conter bactérias nocivas à saúde se esses tiverem ficado, por exemplo, expostos à umidade excessiva.

Caso esse processo fosse eletrônico, existindo no meio digital e não físico, os problemas relatados não existiriam, o que facilitaria a atividade do julgador no exercício da tutela jurisdicional, bem como das partes e advogados.

Os esforços físicos para manusear os autos seriam nulos, já que todo o movimento para abertura e fechamento de autos, colocação dos mesmos e retirada da mesa seriam substituídos pelos movimentos do *mouse* e pela utilização do teclado e decorrentes das informações apresentadas no monitor do computador [...].¹¹⁸

Por outro lado, uma das maiores novidades e benefícios no que diz respeito à celeridade, surgem quando o protocolo da petição não fica restrito ao funcionamento do Tribunal, podendo ser peticionada até as 24 horas do dia em que vence o prazo.¹¹⁹ Dessa forma, não haverá mais empecilho com o tempo, pois todas as transmissões e consultas ficarão *on line* 24 horas por dia e 7 dias por semana, salvo se houver algum pane do sistema.

120

O último ponto a ser explanado, e talvez o mais importante, diz respeito ao meio ambiente. Vive-se em mundo em que a questão ambiental vem sendo colocada cada vez

¹¹⁸ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

¹¹⁹ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=156082&modo=cms>>. Acesso em 04/04/2011.

¹²⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. pag. 168

mais em discussão e a busca por manter um sistema sustentável é um dos motivos mais preocupantes com o planeta.

Os impactos ambientais causados com a confecção dos processos são altamente grandes, e a quantidade de insumos, desperdício de papel, plástico, metal em processos judiciais está desgastando a natureza. Com isso, não se pode negar que com o processo virtual e demais atos que poderão ser realizados de forma totalmente eletrônica, o dano causado ao meio ambiente é diminuído significativamente.¹²¹

Em uma pequena síntese do que foi acima abordado, percebe-se que a informatização do processo além de dar maior agilidade no trâmite do processo, também reduz despesas das partes, dos advogados e do Poder Público, assim como preservação ao meio ambiente.

3.2. Desvantagens causadas com a informatização do processo judicial

É bem verdade que há várias vantagens na implementação da informatização do processo, principalmente no que concerne ao processo eletrônico e o peticionamento eletrônico. Contudo, neste tópico será mostrado as desvantagens adquiridas com a informatização do processo, bem como as consequências causadas no meio jurídico se o sistema não for implementado da forma mais correta possível.

Preliminarmente, deve-se apontar a violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa; igualdade; inafastabilidade; devido processo legal e, por fim, economia processual, conforme se verá a seguir.

¹²¹ CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A Informatização do Processo Judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

Pelo princípio da inafastabilidade, este será ferido tendo em vista que o processo eletrônico e o peticionamento eletrônico exigem o porte do Certificado Digital e outros equipamentos de custo elevado, o que pode fazer com que o cidadão que não tenha condições de obter tais equipamentos seja obstado do cidadão de levar seu direito ao Poder Judiciário.

Quanto ao princípio do devido processo legal, deve-se ter cautela quando se trata de processo eletrônico e princípio do devido processo legal, pois enquanto este dá ao processo toda a sua estrutura, aquele possuirá a obrigatoriedade do processo ser eletrônico, excluindo-se totalmente o papel e, para se estar em juízo eletronicamente o advogado deverão possuir o certificado digital, o qual não é barato. Por conseguinte fere o princípio do acesso à justiça, tendo em vista a obrigatoriedade da parte possuir um equipamento de alto custo para litigar no Poder Judiciário.

Com relação ao princípio da igualdade, com o processo eletrônico, surge a necessidade dos procuradores portarem o certificado digital para peticionarem eletronicamente e se defenderem. Além disso, também é necessário possuir computador, impressora, scanner, internet e outros equipamentos de alto custo. Sabe-se que a população brasileira passa por grandes problemas financeiros e, com essa obrigatoriedade o princípio da igualdade está sendo ferido, pois que está limitando o acesso à justiça àqueles que não possuem os equipamentos necessários e ficam impossibilitados de exercerem o direito de ação.

Por outro lado, prevê a Lei da Informatização que os tribunais devem possuir equipamentos necessários para os advogados. Acontece que a lei expandiu o horário de protocolo de petições e demais atos para a meia noite do último dia do prazo. As pessoas

que possuem o certificado digital em casa e em seus escritórios se beneficiaram, as que não possuem, e ficam dependentes do horário de funcionamento dos tribunais ficaram em desvantagem, ferindo o princípio da igualdade, tendo em vista que uns poderão exercer seus atos até meia noite e outros até às 18:00hrs, que é quando a maioria dos fóruns fecham.

E, por fim, quanto ao princípio do contraditório e da ampla defesa José Carlos de Araújo Almeida Filho coloca uma questão muito interessante que é: “Como se dará o amplo direito de defesa e do contraditório, em feitos que são obrigatoriamente eletrônicos?”¹²²

Tal questão foi levantada devido às partes e seus advogados deverem possuir o certificado digital para exercerem o direito de ação. Assim, José Carlos de Araújo Almeida Filho continua com os questionamentos a fim de verificar se tal princípio é violado com o processo eletrônico e, em caso positivo, o quanto ele é violado, *verbis*:

Como admitir a comunicação dos atos processuais diante da exigência da certificação digital? E se a parte não a possuir? Mais: e se a parte, ainda que admitida na relação jurídica procesual(formação triangular do processo), desejar produzir um documento e não possuir o certificado exigido pela Medida Provisória no 2.200-2/2001? ¹²³

As questões acima expostas surgiram com o progresso do certificado eletrônico, pois não é lícito obrigar os advogados a possuírem um certificado digital de alto custo. Assim prossegue o entendimento do referido autor:

Enfrentamos o primeiro problema quando se está diante do progresso certificado porque não é lícito determinar ao réu que ele possua um certificado digital, nos termos do art.5º, II, da Constituição da República Federal do Brasil. Por outro lado, entendemos que o processo eletrônico insere novo pressuposto processual, que é, exatamente, a necessidade da

¹²² ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.73

¹²³ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.73.

certificação digital para poder atuar no feito. E não resta a menor dúvida, depois de quase quatro anos de vigor da norma, que a idealização de procedimentos com assinatura digital, seja necessária. Um feito sem assinatura digital é mais frágil que qualquer documento produzido em papel, e, desta forma, inseguro e com possibilidades de adulteração.[...] Entendemos que a conjugação do art.5º ,II da Constituição deva ser prestigiado, mas não podemos, por outro lado, impedir ao autor que se valha do seu direito de ação. É por esta razão que entendemos – e justificaremos – que novos pressupostos processuais são inseridos, diante do processo eletrônico.¹²⁴

Importante analisar a questão da pessoa hipossuficiente. José Carlos de Araújo Almeida Filho entende que não é lícito obrigar alguém a comprar um certificado digital para ajuizar uma ação e apresenta saídas para essa situação:

Ou o Estado garante às partes e disponibiliza nas sedes dos Tribunais um serviço de informatização capaz de possibilitar o amplo exercício ao direito de defesa, ou o processo não poderá ser eletrônico, devendo transformar a inicial em processo físico, como ocorre ordinariamente.¹²⁵

Uma das principais desvantagens percebidas pelos autores é o fato da necessidade dos advogados portarem o certificado digital, apesar de a lei dar outra opção para os litigantes, que seria o cadastro do usuário no Poder Judiciário.

Ocorre que até o momento tal opção ainda não foi implementada em quase nenhum tribunal, pelo contrário, pelo menos no que concerne aos Tribunais Superiores como STF, STJ e TST, para se peticionar eletronicamente o uso do certificado digital é obrigatório.

¹²⁴ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.78.

¹²⁵ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag.79.

Deve-se levar em consideração que a economia processual não esteja presente quanto muitos doutrinadores pensam, pois, apesar de não haver custos com papel e etc, os gastos, pelo menos no primeiro momento deverão ser maiores.¹²⁶

Para os Tribunais implementarem esse procedimento, é necessários um alto investimento com computadores, impressoras, escâners, acesso à internet através de banda larga, entre outros equipamentos de alto custo, tendo em vista que a Lei prevê a necessidade dos Tribunais disponibilizarem meios suficientes para os interessados acessarem o sistema.¹²⁷

Além disso, o Estado também deve se preparar, pois as Procuradorias dos Estados e Defensorias Públicas deverão portar um Certificado Digital para cada procurador e defensor.

Percebe-se que os custos acima mencionados são apenas alguns custos que os Estados e Tribunais deverão ter - gastos públicos - sem falar nos gastos particulares de cada advogado e parte, pois é sabido que grande parte da população brasileiro está classificada entre as classes C e D e não tem condições de comprar os equipamentos necessários para ter acesso ao seu processo ou peticionar eletronicamente. É nesse mesmo entendimento que Bruno Arone da Costa, se manifesta, *verbis*:

[...] com o advento da Lei nº 11.419/06, **o custo do processo pode ser elevado de uma forma nova e diferente**, a despeito da existência da Defensoria Pública e da possibilidade de se litigar com o benefício da gratuidade de justiça. Isso porque **o processo eletrônico depende do acesso à internet, através de banda larga; do uso de computador; de impressora e de escâner, entre outros equipamentos custosos**. Ora, se os litigantes dependerão de advogados que tenham tais aparelhos e se é notório que **grande parte dos advogados brasileiros vem passando por dificuldades financeiras, pode-se prever, nesse diapasão, uma barreira ao princípio da acessibilidade**. Outrossim, **a parte que quiser litigar sem advogado**, nas hipóteses permitidas em lei, **também poderá ser prejudicada** por essa barreira, uma vez que, segundo recente pesquisa do IBGE, apenas 21% da população brasileira têm acesso à rede mundial de computadores[...].**Deste**

¹²⁶ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 02/04/2011.

¹²⁷ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 02/04/2011.

modo, a Lei nº 11.419/06 poderá impor um novo obstáculo financeiro aos advogados e aos litigantes, prejudicando sobremaneira o princípio do acesso à justiça.¹²⁸

José Carlos de Araújo também concorda com o entendimento que a informatização do processo deve ser implementada, mas não pode prejudicar o acesso à justiça, sob pena de violar princípios constitucionais, pois uma certificação digital não é barata, assim:

[...] Dessa forma, o acesso à justiça não pode ser prejudicado [...] O processo eletrônico, a fim de garantir o amplo acesso à justiça, não pode ser visualizado como panacéia e superação de todos os males do Judiciário. **Ainda que defesas se façam, inclusive com apego à questão ambiental – com a qual concordamos, porque o uso do processo eletrônico poupa matas e água – não podemos sacrificar o direito de ação reservado a todos os cidadãos.**

[...] Para adoção de meios eletrônicos, é necessário que a parte se encontre adaptada à Medida Provisória n. 2.200-2/2001, ou seja, que possua uma certificação digital. Em termos de certificação digital, podemos afirmar que a mesma não é barata e os custos com o processo podem se elevar. Se, de um lado, o que se pretende é a agilidade do Judiciário, por outro lado, temos a impossibilidade de obrigar uma pessoa a adquirir um certificado digital, para assinar petições etc.(art.5º, II, da CR/88) [...].¹²⁹

Continuando seu parecer, caso o sistema não exija a assinatura digital, nem documentos eletrônicos, não há que se falar em violação ao acesso à justiça. Contudo, se houver necessidade de assinatura digital e documentos assinados digitalmente, “estamos criando um *plus* para o acesso à justiça.”¹³⁰

Interessante mencionar que, no momento de inserção do peticionamento eletrônico, o STF regulamentou que quatorze classes processuais seriam processadas,

¹²⁸ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil.** Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 02/04/2011.grifamos

¹²⁹ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico.** A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 127(grifamos)

¹³⁰ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico.** A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 127

obrigatoriamente, de forma eletrônica, e, uma delas é o Habeas Corpus, ação que não há necessidade de advogado para ser impetrado.

Percebendo que tal obrigatoriedade iria ferir frontalmente o princípio do acesso à justiça, e tentando diminuir essa barreira, criou a Resolução nº 427 de 20 de abril de 2010, a qual dispõe que “Os pedidos de habeas corpus impetrados em causa própria ou por quem não seja advogado, defensor público ou procurador poderão ser encaminhados ao STF em meio físico, mas deverão ser digitalizados antes da autuação, para que tramitem de forma eletrônica.”¹³¹

Além desse fator, José Carlos de Araújo coloca uma questão interessante a ser pensada, que é o fato de surgir mais um pressuposto processual. Sabe-se que alguns dos pressupostos processuais compõem-se de petição inicial, jurisdição, citação, capacidade postulatória e outros.¹³²

Quanto à petição inicial, para que seja considerada um pressuposto de validade deve estar apta, ou seja, além de ter o requisito dos arts. 282 e 283 do CPC devem observar o art. 39. No caso do procedimento eletrônico o advogado além de indicar seu endereço físico na peça processual, deverá indicar seu endereço eletrônico, pelo qual receberá as intimações, sob pena de indeferimento da inicial. Necessário se faz mencionar que esse procedimento aborda todas as matérias, até mesmo Processo Penal e Direito do Trabalho, já que os requisitos podem ser utilizados subsidiariamente.

Conclui-se que o pressuposto de validade não é modificado, mas há a inserção de mais um requisito, que é a assinatura digital. A mesma inserção se dará quando o

¹³¹Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=processoResolucao>>. Acesso em 01/05/2011.

¹³² ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 129

ofendido tiver que assinar a queixa-crime. Todos deverão portar a certificação digital, para atestar a integridade e autenticidade de suas assinaturas.¹³³

Com a inexistência de autenticidade dos documentos, pode-se afirmar que carece um pressuposto processual de validade, e, por consequência, a condução do processo à extinção do processo sem resolução de mérito. Foi assim o entendimento do Egrégio STJ em um julgado, dessa forma:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PETIÇÃO ELETRÔNICA. LEI N.11.419/2006. PEÇA DEFICIENTE FORMATAÇÃO DO DOCUMENTO. ART. 7º, IV, DA RESOLUÇÃO N. 2/2007, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

I. É de exclusiva responsabilidade dos signatários de petições transmitidas por meio eletrônico, a confecção da aludida peça, sua formatação e tamanho dos arquivos transmitidos.

II. A deficiência da peça implica na inadmissibilidade do recurso (Resolução n. 2/2007-STJ, art. 7º, IV).

III. Embargos declaratórios não conhecidos.¹³⁴

Com relação aos prazos, como já mencionado, estes serão considerados tempestivos até as 24 horas do seu último dia.

Com isso há uma disparidade entre aqueles que possuem certificação digital e aqueles que dependem dos meios fornecidos pelos Tribunais para protocolar petições, visto que estes ficam dependentes do expediente fixado para o encerramento do expediente no Tribunal.¹³⁵

¹³³ ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.pag. 130

¹³⁴ EDcl no AgRg no REsp 1027494/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 05/08/2008, DJe 29/09/2008. Acesso em 10/04/2011.

¹³⁵ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 02/04/2011.

Neste sentido, “quem se utiliza do Processo Eletrônico possui diferenciação, ferindo princípios de igualdade e isonomia e, assim sendo, violando-se de forma literal o art. 5º, caput, da Constituição.”¹³⁶

Apesar da Lei 11.419/06 buscar evitar desequilíbrios entre aqueles que possuem amplo acesso à Internet e aqueles não possuem, regulamentando que os órgãos do Poder Judiciário devem manter equipamentos de digitalização e acesso a computadores à disposição dos interessados, tal objetivo não é plenamente alcançado, pois ainda que nos Tribunais sejam disponibilizados todos os equipamentos necessários, prevê o art. 10º, §1º que a petição poderá ser protocolada até as 24 horas do último prazo, e os Tribunais não ficam abertos até a meia-noite e, conseqüentemente, as salas que disponibilizam os equipamentos também não. Com isso verifica-se que aquele que possui amplo acesso à informática usufrui de um prazo maior para protocolar suas petições, enquanto aquele que não tem acesso à rede fica em desvantagem, ferindo, portanto o princípio da igualdade.¹³⁷

Por fim, diante do estudo realizado, conclui-se que hoje vive-se na era digital e a Informatização do Processo é necessária, contudo é necessário ter cuidado para não dividir a justiça entre aquela dos ricos e aquela dos pobres, sob pena de ferir alguns principais princípios constitucionais que são do acesso à justiça e da igualdade.

¹³⁶ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil.** Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

¹³⁷ ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil.** Disponível em: < http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 07/04/2011.

CONCLUSÕES

O presente trabalho procurou demonstrar os problemas que a sociedade se encontra, no que diz respeito à tutela jurisdicional, principalmente no que diz respeito à eficácia e à celeridade do processo.

Percebe-se que a era tecnológica sem dúvida alguma tomou conta do planeta de forma que começa a fazer parte do dia a dia das pessoas. O Poder Judiciário, com o intuito de amoldar à sociedade e com a esperança de alcançar seus objetivos que são, oferecer uma justiça célere, eficaz e justa criou a Lei nº 11.419/06, e já começou a implantar o sistema de peticionamento eletrônico e processo digital em vários Estados, principalmente os Tribunais Superiores e os TRF's.

É certo que essa nova modalidade de tramitação de processo diminui os problemas que o Poder Judiciário tem no que concerne ao oferecimento de uma tutela jurisdicional de excelência, tendo em vista a celeridade processual, principal motivo para implantarem o sistema nos Tribunais.

Além disso, as outras vantagens obtidas são a redução do fluxo de pessoas transitando nos Tribunais; diminuição significativa das atividades de secretaria; a desnecessidade de deslocamento do processo até chegar ao seu deslinde; o protocolo da petição não fica restrito ao funcionamento do Tribunal, podendo ser peticionada até as 24 horas do dia em que vence o prazo; o advogado pode peticionar de onde estiver, sem a necessidade de se deslocar até o Tribunal ou até o Distrito Federal, que é onde funcionam os tribunais superiores e, talvez o mais importante, diminuição significativa do impacto

ambiental, pois haverá a extinção dos processos em papel e conseqüente implementação do processo por meio eletrônico.

Contudo, deve-se fazer uma análise das conseqüências que haverá com o surgimento do processo eletrônico, pois ferirá princípios de maior soberania do que o princípio da celeridade, como o do devido processo legal, igualdade, inafastabilidade, acesso à justiça, contraditório e ampla defesa e, futuramente, ao invés isso pode causar um retrocesso na busca por um processo justo.

Dessa forma, deve-se ter cautela na implantação do peticionamento eletrônico e do processo digital, visto que, pode-se estar dividindo a população entre aquela dos ricos, e conseqüentemente que terá um processo que tramita mais rápido, e aquela dos pobres, o qual obterá uma justiça ineficaz, muitas vezes impedindo-os de tutelar junto ao Estado.

Ademais, os Tribunais de todos os Estados devem estar bastante preparados para o grande investimento a ser realizado, pois deverão obter equipamentos de alto custo, como computadores, scanners, impressora e internet de banda larga, suficiente para toda a população que dependam desse sistema. Caso os Tribunais não possuam esses equipamentos de nada adiantará a implementação do sistema, ou seja, de nada adiantará alguns Tribunais terem o sistema de informatização do processo e outros não terem.

Com isso, pode-se entender que o princípio da economia processual não estará tão presente quanto o legislador pensou ao criar a Lei 11.419/06, pois o custo do processo será elevado de uma forma nova e diferente, tanto para o poder público quanto para o poder privado, pois tanto o Estado deverá fazer esse investimento quanto os advogados em seus escritórios.

Por fim, conclui-se que a informatização do processo quando estiver efetivamente funcionando em todos os Tribunais será de uma grande valia, contudo, deve-se implementar soluções a fim de não prejudicar nenhum advogado, criando, por exemplo, políticas de integração populacional, a fim de evitar uma disparidade entre aqueles que possuem certificação digital e aqueles que dependem dos meios fornecidos pelos Tribunais, sob pena de ferir princípios e direitos fundamentais do cidadão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico**. A informatização judicial no Brasil. 3.ed.Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ALVIM, J.E.Carreira Alvim; CABRAL JUNIOR, Silvério Luiz Nery. **Processo judicial eletrônico (Comentários à Lei 11.419/06)**. Curitiba: Juruá, 2008.

ARONNE, Bruno da Costa. **O impacto da informatização judicial sobre os princípios do Processo Civil**. Disponível em: <
http://redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=77>. Acesso em: 05/04/2011.

BENUCCI, Renato Luís. **A tecnologia aplicada ao processo judicial**. Campinas.Millennium, 2007.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria geral do processo**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrino; e DINAMARCO, Candido Rangel. **Teoria geral do processo**. 26.ed.São Paulo: Malheiros, 2010.

CINTRA, Erickson Brener de Carvalho. **A informatização do processo judicial e seus reflexos no Superior Tribunal de Justiça**. UNB, Brasília, 2009. Disponível em:<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/22800/Informatiza%C3%A7%C3%A3o_Processo_Erickson%20Brener.pdf?sequence=1>. Acesso em 07/04/2011.

CLEMENTINO, Edilberto Barbosa. **Processo judicial eletrônico**. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

FILHO, Demócrito Reinaldo. **A informatização do processo judicial da Lei do Fax à Lei n. 11.419/06. Uma breve retrospectiva legislativa**. 2007. Disponível em:<<http://jus.uol.com.br/revista/texto/9399/a-informatizacao-do-processo-judicial>>. Acesso em 06/11/10.

FUX, Luiz. **Curso de direito processual civil**, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GARCIA, Flávio Cardinelle Oliveira. **A jurisdição e seus princípios**. Disponível em: <
<http://www.buscalegis.ccj.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/17728/17292>>. Acesso em: 11/11/2010

LEAL, Augusto Cesar de Carvalho. **O processo judicial telemático: considerações propedêuticas acerca de sua definição e denominação.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1268, 21 dez. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9296>. Acesso em 05/11/2010.

LUZ, Aldo Antunes da. **A aplicação do princípio do juiz natural no direito brasileiro.** Disponível em: < <http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/2009/artigo020.pdf> > Acesso em 11/11/10.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal.** 5.ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na constituição federal.** 8ª ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil.** 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

ROVER, Aires José. **Definindo o termo processo eletrônico.** UFSC, Florianópolis, set. 2008. Disponível em: <<http://www.infojur.ufsc.br/aires/arquivos/conceitoprocessoeletronico.pdf>>. Acesso em 05/11/2010.

SILVA, Samuelson Wagner de Araújo. **Processo eletrônico.O impacto da Lei nº 11.419/2006 na mitigação da morosidade processual na prestação jurisdicional brasileira.** Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/15112/processo-eletronico>>. Acesso em 06/11/10.